UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
***CAMPUS* DO SERTÃO**
CURSO LICENCIATURA EM GEOGRAFIA

VALMIR NUNES DA SILVA

TRÊS DÉCADAS DO ASSENTAMENTO PEBA: UMA ANÁLISE DOS DESAFIOS PARA A CONSOLIDAÇÃO DA REFORMA AGRÁRIA

Delmiro Gouveia – 2024

VALMIR NUNES DA SILVA

TRÊS DÉCADAS DO ASSENTAMENTO PEBA: UMA ANÁLISE DOS DESAFIOS PARA A CONSOLIDAÇÃO DA REFORMA AGRÁRIA

Trabalho de Conclusão de Curso de Licenciatura em Geografia/Universidade Federal de Alagoas – UFAL *Campus* Sertão apresentado como requisito parcial para a obtenção do título de Licenciado em Geografia.

Orientador (a): Prof.ª. Dra. Francisca Maria Teixeira Vasconcelos

Delmiro Gouveia- 2024

Catalogação na fonte
Universidade Federal de Alagoas
Biblioteca do Campus Sertão
Sede Delmiro Gouveia

Bibliotecária responsável: Renata Oliveira de Souza CRB-4/2209

S586t Silva, Valmir Nunes da
Três décadas do assentamento peba: uma análise dos desafios para a consolidação da reforma agrária / Valmir Nunes da Silva. - 2024.
43 f. : il.

Orientação: Francisca Maria Teixeira Vasconcelos.
Monografia (Licenciatura em Geografia) – Universidade Federal de Alagoas. Curso de Geografia. Delmiro Gouveia, 2024.

1. Assentamento Peba. 2. Reforma agrária. 3. Movimentos socioterritoriais. 4. Alto sertão – Alagoas. 5. Território. I. Vasconcelos, Francisca Maria Teixeira, orient. II.Título.

CDU: 911.37

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
CAMPUS DO SERTÃO
CURSO: **GEOGRAFIA – LICENCIATURA**

FOLHA DE APROVAÇÃO

AUTOR: Valmir Nunes da Silva

"TRÊS DÉCADAS DO ASSENTAMENTO PEBA: UMA ANÁLISE DOS DESAFIOS PARA A CONSOLIDAÇÃO DA REFORMA AGRÁRIA" - Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação em Geografia – Licenciatura da Universidade Federal de Alagoas – UFAL – Campus do Sertão.

Trabalho de Conclusão de Curso submetido ao corpo docente do Curso de Geografia – Licenciatura da Universidade Federal de Alagoas e aprovado em 13 de março de 2024

Banca Examinadora:

gov.br Documento assinado digitalmente
FRANCISCA MARIA TEIXEIRA VASCONCELOS
Data: 15/03/2024 07:17:14-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

Francisca Maria Teixeira Vasconcelos – UFAL/Campus do Sertão

(Orientadora)

gov.br Documento assinado digitalmente
MARIA PATRICIA CABRAL DA SILVA
Data: 14/03/2024 12:41:14-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

Prof.ª Me. Maria Patrícia Cabral da Silva

(1ª Examinadora)

Felipe Ferreira da Silva

Prof. Felipe Ferreira da Silva

(2º Examinador)

Dedico este trabalho primeiramente a Deus pela força e coragem que me foram concedidas e a minha família pelo apoio e incentivos incondicionais.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus por não me desamparar em nenhum momento e me deu forças para ir até o final; Ao meu pai Irineu Nunes da Silva e a minha mãe Joana Maria da Silva, que embora estejam falecidos, desde meus primeiros anos na escola sempre me incentivaram e se preocuparam com os meus estudos e com minha educação.

A minha família agradeço por sempre acreditarem em minha capacidade e por todo apoio e incentivo. As minhas avós Mãe Tonha e Mãe Martinha as quais tenho profunda admiração e muito amor, as minhas tias e tios paternos e maternos que sempre rezaram pela minha felicidade.

A minha professora e orientadora Msc. Francisca Vasconcelos por ter acreditado primeiro na minha pessoa, em meu trabalho, por sua orientação, pela sua contribuição intelectual e humana, pela paciência e pelo incentivo constante sem os quais este trabalho não teria sido produzido, seu apoio foi fundamental na minha caminhada, pelos ensinamentos e pela amizade e por tudo, muito obrigado.

Aos meus amigos Pablo Vitor, Felipe Ferreira, Rodrigo Sibaldo, André Guadalupe, Cícero Moises, Fabio Feitosa, Wanúbia Menezes, Wellington do Carmo, e a todos da turma "N" do curso de geografia, que me incentivaram e me fizeram sorrir e nos piores momentos me fizerem ter esperança, não tenho como expressar pelos momentos ruins e pelos momentos bons que passei junto com vocês, desde o primeiro dia de aula até o último segundinho em sala, mostraram-me como é fácil estudar quando se tem a melhor e mais divertida turma da universidade a todos vocês sem exceções muito obrigadas por fazerem parte de minha vida e de deixá-la mais emocionantes e alegres.

Aos meus amigos e irmãos Uedson Silva e Jose Londe da Silva que dividiram as salas de aulas conosco da turma "N" no primeiro e segundo período e ensinaram a não termos medo de participar das aulas por causa da vergonha e sempre cobrar nossos direitos e cumprir com nossos deveres.

Ao senhor Rogério Brilhante, Aloísio Norberto e José Benicio Alves dos Santos que trabalham na secretaria da universidade como técnicos administrativos, por todas as orientações passadas para os alunos quando os mesmos tinham quaisquer dúvidas.

Ao companheiro de empresa doutor em Engenharia Química e Psicólogo João Paulo Paes pelo grande incentivo para eu não desistir e conseguir concluir este Trabalho de Conclusão de Curso.

A todos os professores desde o primeiro período do curso, por ter muita paciência com este humilde aluno em especial ao meu mestre Fernando Pinto Coelho pelas ótimas aulas e pela educação com que tratou a todos, ao meu querido Zeno Crocetti que foi mais que um professor foi um amigo em sala de aula e a minha querida e amada mestra Sarah pelas brincadeiras e pelo amor que nutriu pela turma “N” a turma mais amada e inesquecível da universidade.

A todos os meus amigos pela força que me deram nas horas mais difíceis de minha vida.

A todos, meus sinceros agradecimentos e todo respeito.

Vem teçamos a nossa liberdade
braços fortes que rasgam o chão
sob a sombra de nossa valentia
desfraldemos a nossa rebeldia
e plantemos nesta terra como irmãos!

Vem, lutemos punho erguido
Nossa força nos faz a edificar
Nossa pátria livre e forte
construída pelo poder popular!

Braço erguido ditemos nossa história
sufocando com força os opressores
hasteemos a bandeira colorida
despertemos esta pátria adormecida
o amanhã pertence a nós trabalhadores!

Vem, lutemos punho erguido
Nossa força nos faz a edificar
Nossa pátria livre e forte
construída pelo poder popular

Nossa força resgatada pela chama
da esperança no triunfo que virá
forjaremos desta luta com certeza
pátria livre operária e camponesa
nossa estrela enfim triunfará!

Vem, lutemos punho erguido
Nossa força nos faz a edificar
Nossa pátria livre e forte
construída pelo poder popular!

(HINO DO MOVIMENTO DOS TRABALHADORES SEM TERRA; Letra: Ademar Bogo; Música: Willy C. de Oliveira).

RESUMO

O trabalho teve como iniciativa devido à observação prévia de situações específicas e emblemáticas para a avaliação das possibilidades de sucesso dos assentamentos rurais da reforma agrária e da consolidação com foco no sertão alagoano em especial no assentamento Peba. Dessa forma, buscou analisar as situações impostas devido as criações de Assentamentos de Reforma Agrária além de realizar reflexões sobre a formação territorial do Brasil com questões sociais relativas a temática. O trabalho é parte de uma pesquisa mais abrangente que tem por objetivo analisar os assentamentos rurais em diferentes contextos socioeconômicos além de entender as dificuldades enfrentadas pela reforma agrária. A metodologia utilizada foi uma pesquisa de revisão de literatura que é o processo de busca, análise e descrição de um corpo do conhecimento em busca de resposta a uma pergunta específica. Foi possível obter diversas respostas para as questões que envolvem a visão de sucesso dos assentamentos, não existindo uma visão consolidada para o assunto. O fato é que os pioneirismos do MST no sertão alagoano juntamente com as histórias de lutas que se perpetuam no semiárido alagoano mostram que muitos resultados foram alcançados.

Palavras-chave: Assentamentos. Reforma Agrária. (Des)territorialização.

ABSTRACT

The work was initiated due to the prior observation of specific and emblematic situations to evaluate the possibilities of success of rural settlements of agrarian reform and consolidation with a focus on the backlands of Alagoas. In this way, it sought to analyze the situations imposed due to the creation of Agrarian Reform Settlements in addition to reflecting on the territorial formation of Brazil with social issues related to the theme. The work is part of a more comprehensive research that aims to analyze rural settlements in different socioeconomic contexts in addition to understanding the difficulties faced by agrarian reform. The methodology used was literature review research, which is the process of searching, analyzing and describing a body of knowledge in search of an answer to a specific question.

Keywords: Settelements. Land Reform. (Des)territorialization.

LISTA DE IMAGENS

Figura 1 - Escola Municipal de Ensino Fundamental Menor do Assentamento Peba.....30

Figura 2 - Assentados do Peba na da 1ª feira da reforma agrária em Delmiro Gouveia/AL....31

Figura 3 – Alimentos produzidos pelos assentados em banca da feira à venda na 1ª feira da reforma agrária em Delmiro Gouveia-AL.....32

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO 10
1.1 PRODUÇÃO FAMILIAR 12

2 A GÊNESE DO MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA NO SERTÃO 14
2.1 MOVIMENTO DO TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA E A AGRICULTURA FAMILIAR 14
2.2. O MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA NO SERTÃO ALAGOANO 15

3 O ASSENTAMENTO PEBA: 30 ANOS DE HISTÓRIA 25

4 PRINCIPAIS MOTIVOS DO ABANDONO DAS TERRAS PELOS AGRICULTORES ASSENTADOS 30

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS 38

REFERÊNCIAS 38

1 - INTRODUÇÃO

O Brasil é um país com um setor agrícola significativo e diversificado, sendo um dos maiores produtores mundiais de alimentos. A agricultura brasileira abrange uma variedade de culturas, desde grãos como soja, milho e trigo até produtos tropicais como café, açúcar, frutas e carnes. Entretanto nem sempre foi assim. Historicamente, o país já passou por diferentes modelos agrários, desde a colonização pelos portugueses, que estabeleceram grandes latifúndios e a monocultura de exportação, até a Reforma Agrária promovida em diferentes momentos para tentar combater a concentração de terras e melhorar a distribuição da riqueza e a condição de vida dos pequenos agricultores.

Conforme relatório da Empresa Brasileira de pesquisa Agropecuária - EMBRAPA na safra 2022/23, o Brasil detém de 32,4 % da área plantada de Soja do mundo, sendo que a produção brasileira de soja representa 42,9% de toda produção mundial. A razão pela qual os níveis de produtividade do setor agrário da soja (3.508 kg/há) têm estado acima da média mundial e estadunidense (3.330 kg/há) ocorre devido à adoção de tecnologias modernas e uso de sementes geneticamente modificadas associado ao clima favorável. Vale ressaltar que nesta mesma safra 2022/23, 60% da totalidade dos grãos de soja produzido em território brasileiro foram encaminhados para atender o mercado externo.

Nesta seara, o segundo maior produto dos latifúndios brasileiros é o milho, que na safra de 2022/23 representou 115,2 milhões de toneladas de uma produção mundial, sendo o Brasil o terceiro maior produtor mundial, que somando-se aos EUA e China representa 63,5% de 1,22 bilhão de toneladas na atual safra 2021/22 (CONAB, 2022a).

O terceiro alimento mais produzido no Brasil é a cana-de-açúcar razão pela qual foi registrada uma produção de 716 milhões de toneladas na safra de 2021, representando a maior produção do mundo e o dobro do segundo maior produtor de cana-de-açúcar, a Índia, com 405 milhões de Toneladas segundo relatórios oficiais da Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO). Não bastasse, o Brasil ainda ocupa a primeira posição mundial na produção e exportação de café com aproximadamente 60 milhões de sacas na última safra 2022/23 – uma posição mantida nos últimos 150 anos.

Dessa forma, o Brasil desempenha um papel de extrema importância na produção mundial de alimentos. O país é um dos maiores produtores agrícolas do mundo e tem um papel fundamental na oferta global de diversos produtos alimentares.

No Brasil, segundo a Revista Valor econômico (2022), menos de 1% dos proprietários agrícolas possui 45% da área rural do país. Os homens estão à frente de 87% dos estabelecimentos, representando quase 95% das propriedades rurais. As grandes fazendas, com mais de mil hectares, concentram 43% do crédito agrícola. Mas são os pequenos que respondem por mais de 70% da produção de alimentos.

A concentração de terras no Brasil é consolidada para os grandes proprietários, há uma grande deficiência na distribuição de um pedaço de chão, e muitos grileiros que se tornaram donos de grandes extensões de estruturas fundiárias adquiriram as mesmas dando golpes. Diante de tanta injustiça na distribuição de terras, fato que quase inexiste, na década de 1980 criou-se o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, MST, um movimento que luta desde então para que a distribuição de terras seja feita de forma mais justa, fazendo ocupações de terras improdutivas, ocupando órgãos públicos e obtendo diversas vitorias, conquistando várias propriedades de terras para os agricultores que reivindicavam um pedaço de chão para plantar.

Neste contexto de luta, o presente trabalho tem por objetivo geral apresentar a formação do MST no sertão de Alagoas e suas especificidades a partir do modelo e contexto do assentamento Peba no município de Delmiro Gouveia, que foi a primeira ocupação feita pelo M.S.T em terras alagoanas. Para isto, objetivamos a): *coletar* informações acerca das especificidades do modelo de formação do MST no assentamento Peba; b): *analisar* a gênese do movimento por meio de suas características históricas e sociais; c): *discutir* as problemáticas diversas relacionadas ao modelo de formação do MST do assentamento Peba.

Dessa forma, o trabalho foi realizado por meio de uma revisão de literatura, a revisão é o processo de busca, análise e descrição de um corpo do conhecimento em busca de resposta a uma pergunta específica. “Literatura” cobre todo o material relevante escrito sobre um tema: livros, artigos de periódicos, artigos de jornais, registros históricos, relatórios governamentais, teses e dissertações e outros tipos. A parte narrativa do trabalho não utiliza critérios explícitos e sistemáticos para a busca e análise crítica da literatura. A busca pelos estudos não precisa esgotar as fontes de informações. Não aplica estratégias de busca sofisticadas e exaustivas. A seleção dos estudos e a interpretação das informações podem estar sujeitas à subjetividade dos autores. É adequada para a fundamentação teórica de artigos, dissertações, teses, trabalhos de conclusão de cursos (MENDES, 2008).

A pesquisa foi dividida em três capítulos. No primeiro capitulo destaca-se o começo do MST. no sertão de Alagoas, lutas, sofrimentos e a conquista da tão preciosa terra para plantar.

No segundo capítulo analisamos ao contexto atual do assentamento Peba 30 anos depois de ser ocupado pelos integrantes do MST o que mudou, se teve assistência, os progressos, as decepções, entrevistas por meio de aplicação de questionários aos assentados com perguntas abertas e fechadas e os seus depoimentos.

No terceiro capítulo destacamos e discutimos acerca dos fatores que levam os assentados a abandonarem as suas terras e voltar para a zona urbana, o fator destacado é a falta de apoio dos órgãos públicos, que faz com que vários obstáculos impeçam o agricultor de ficar no seu pedaço de terra, provocando desta forma o êxodo rural.

A partir do exposto, estamos certos de que este trabalho se justifica por apresentamos o surgimento e crescimento do MST no sertão de Alagoas; através do presente levantamento histórico de perfil social do assentamento Peba no município de Delmiro Gouveia, como modelo de formação do MST; e ainda por apresentarmos uma discussão sobre os dilemas enfrentando pelos assentando na atualidade.

1.1 - PRODUÇÃO FAMILIAR

A agricultura familiar tem um papel significativo na produção de alimentos que fazem parte da dieta do brasileiro, como o feijão e o arroz, contribuindo de forma expressiva para o abastecimento do mercado interno e para a segurança alimentar do país. A produção de arroz e feijão no Brasil é realizada principalmente por agricultores familiares e médios produtores rurais, onde muitos dos quais trabalham em pequenas propriedades rurais.

Essa forma de agricultura, realizada de forma característica como um traço da agricultura familiar, é caracterizada por meio da diversificação de cultivos e pela produção voltada ao consumo local e regional, o que tem sido extremamente importante para a segurança alimentar do povo brasileiro, em especial as famílias mais afastadas dos grandes centros urbanos.

Assim, depreende-se por meio de uma análise da estrutura fundiária do país, que a parcela significativa produtora de alimentos são compostas pelos produtores rurais que

trabalham em pequenas e médias propriedades e têm a agricultura como principal fonte de subsistência e renda.

Essas categorias de produtores rurais também desempenham um papel significativo na produção de leite, carne de aves e suínos, contribuindo para a oferta de proteína animal no país. Sendo responsáveis por grande parte da produção de produtos básicos, como arroz, feijão, mandioca, hortaliças e frutas, que compõem a dieta da população brasileira. De acordo com a Lei nº 11.326/2006, a agricultura familiar no Brasil é caracterizada por alguns critérios, sendo eles:

- Área da propriedade: As propriedades da agricultura familiar têm tamanho limitado, variando de acordo com a região e o tipo de exploração, mas geralmente são menores que quatro módulos fiscais, que é uma medida estabelecida por cada município.
- Mão de obra familiar: A produção é baseada principalmente na força de trabalho da família, ou seja, os membros da família estão envolvidos diretamente no cultivo e nas atividades agrícolas.
- Renda familiar: A maior parte da renda das famílias deve ser proveniente das atividades agrícolas desenvolvidas na propriedade.
- Gestão familiar: A gestão da propriedade é realizada pela própria família, que toma as decisões sobre o uso da terra, o cultivo e a comercialização dos produtos.
- Diversificação de atividades: A agricultura familiar frequentemente envolve a diversificação de culturas, criação de animais e outras atividades complementares, visando à subsistência e à segurança alimentar.

O governo brasileiro tem programas específicos de apoio à agricultura familiar, com políticas de créditos, assistência técnica, acesso à terra e comercialização para fortalecer esse segmento da agricultura e garantir sua sustentabilidade. A agricultura familiar é vista como um pilar importante para o desenvolvimento rural, a redução da pobreza e a promoção da segurança alimentar no Brasil.

2 - A GÊNESE DO MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA NO SERTÃO

2.1 - MOVIMENTO DO TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA E A AGRICULTURA FAMILIAR

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST – é uma organização social e política que surgiu no Brasil na década de 1980 e é conhecida por lutar pela reforma agrária e pela distribuição mais justa da terra. Seu principal objetivo é reivindicar o acesso à terra para trabalhadores rurais sem-terra, que geralmente são famílias que não possuem terra própria e vivem em condições precárias.

O movimento utiliza ocupações de terras improdutivas como uma estratégia para chamar a atenção para o problema da concentração de terras no país e pressionar por mudanças nas políticas agrárias. O MST é uma organização de caráter político, com uma estrutura organizacional nacional e estadual bem estabelecida. Ele defende uma transformação social e econômica mais ampla, incluindo a promoção da justiça social no campo e a defesa dos direitos dos trabalhadores rurais.

Apesar de serem entidades distintas, o MST e a agricultura familiar têm uma relação estreita em algumas regiões do Brasil. Muitos dos membros do MST, após conquistarem acesso à terra por meio de ocupações ou reforma agrária, passam a desenvolver práticas agrícolas de caráter familiar, com cultivo diversificado, produção para subsistência e comercialização local. Isso acontece porque os beneficiários da reforma agrária, em grande parte, são trabalhadores rurais sem terra que buscam um meio de vida na terra que receberam.

Além disso, o MST defende os interesses da agricultura familiar e da produção de alimentos saudáveis, sustentáveis e direcionados ao mercado interno. A organização também é uma defensora da agroecologia e de práticas agrícolas que priorizam o respeito ao meio ambiente e a preservação da biodiversidade.

Embora haja pontos de intersecção, é importante ressaltar que nem todos os agricultores familiares são membros do MST, e nem todos os membros do MST são agricultores familiares. A agricultura familiar é um setor diversificado, que inclui também produtores que não estão envolvidos com o movimento.

Em resumo, a relação entre o MST e a agricultura familiar é complexa e multifacetada, e ambos desempenham papéis importantes no contexto agrário e social do Brasil. O MST luta pela democratização da terra e por uma transformação social mais ampla,

enquanto a agricultura familiar é uma peça-chave na produção de alimentos e na manutenção do meio rural brasileiro.

2.2 - O MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA NO SERTÃO ALAGOANO

A espacialização do Movimento Sem Terra no Sertão Alagoano é de suma importância para a ascensão da agricultura local, a luta pela terra e democratização do espaço agrário, uma vez que foi nesta região que ocorreu o pioneirismo de Delmiro Gouveia em busca da prosperidade econômica e produtiva regional. A cada espaço ocupado, o MST vai formando suas comunidades e obtendo várias conquistas, como saúde, educação de qualidade, infraestrutura, créditos, entre outras; sempre lutando para ter uma vida digna, entretanto essas conquistas só se consolidam com um movimento que busca seus direitos, seja de forma pacífica, seja com ocupações de áreas públicas ou particulares.

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra surgiu na década de 1980 no sul do país, com o objetivo de erradicar a miséria e a desigualdade, desapropriar os latifúndios e dividir a terra com os camponeses que fazem parte do MST e que não tinham um pedaço de terra para plantar, colher e sobreviver, ou seja, defender a dignidade do povo brasileiro que luta para alcançar os objetivos de uma vida melhor, a luta do MST tem como meta garantir terra para os trabalhadores rurais sem terras. Além deste maior objetivo, ainda existem mais 6 metas, são elas (MST, 2023):

- Construir uma sociedade sem exploradores e onde (sic) o trabalho tem supremacia sobre o capital.
- A terra é um bem de todos. E deve estar a serviço de toda a sociedade.
- Garantir trabalho a todos, com justa distribuição da terra, da renda e das riquezas.
- Buscar permanentemente a justiça social e igualdade de direito econômicos, políticos, sociais e culturais.
- Difundir os valores humanista e socialista (sic) nas relações sociais.
- Combater todas as formas de discriminação social e buscar a participação igualitária da mulher (MST, 2014).

Conforme Fernandes (2000), em seu livro “A formação do MST no Brasil”, o MST nasceu da ocupação da terra e tem nesta ação seu instrumento de luta contra a concentração fundiária e o próprio Estado. Segundo este autor, a não realização da Reforma Agrária, por meio das ocupações de terras, levam os sem–terra a intensificar a luta, impondo ao governo a realização de uma política de criação de assentamentos rurais, ou seja, se os governos não fazem a reforma agrária, o movimento faz.

Como os processos de desapropriação em Alagoas e no Brasil são muito lentos, diversas famílias deixam o campo e passam a residir nos centros urbanos na busca de conseguir arrumar um trabalho. O Estado de Alagoas foi urbanizado mais pela falta de oportunidades para a população rural, do que mesmo pela geração de novas empresas no Estado. Segundo Péricles (2008), **“**O mundo rural alagoano é marcado pela estrutura fundiária problemática, refletindo a concentração das melhores terras em poucos e grandes estabelecimentos” (PÉRICLES, 2008, p.20).

Alagoas é um estado marcado pela concentração fundiária e a não redistribuição de terras, o agronegócio concentra a maior parte das terras do estado com o setor sucroalcooleiro, há uma verdadeira desigualdade social e a exploração da força do trabalho nas usinas de açúcar. É um estado marcado por ameaças e pistolagens, no qual os camponeses, que ocupa uma pequena porção de terras, podem perder a vida se não estiverem unidos contra as forças das oligarquias alagoanas, forças estas que usam dos métodos mais cruéis para terem o que querem e o que desejam.

A primeira ocupação de terras em Alagoas feita pelo MST foi na fazenda Peba, de propriedade de Miguel Gandú e ocorreu em 26 de janeiro de 1987, com a participação de 75 famílias que resistiram à tentativa de expulsão realizada pelo proprietário. A Pastoral da Terra e a executiva estadual do MST já acompanhavam a luta desses posseiros desde 1985, foram dois longos nos de lutas na beira da estrada, tratava-se do conflito na fazenda Peba, município de Delmiro Gouveia.

Com a ocupação das terras pelos agricultores, o juiz de direito da comarca de Delmiro Gouveia garantiu a reintegração de posse das terras para o proprietário e foi pessoalmente efetuar o despejo, com isso as famílias fizeram acampamento na beira da estrada. Meses depois ocuparam a fazenda Lameirão no mesmo município de onde foram mais uma vez despejadas, retornando novamente para a beira da estrada. Na madrugada de 26 de fevereiro de 1988, voltaram a ocupar a fazenda Peba (SILVA, 2007).

Participaram também desta ocupação o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Inhapi-AL, o Movimento Estudantil Delmirense - MED - e a Igreja Católica Apostólica Romana com as liderança do Frei Angelim – que fazia parte da Comissão Pastoral da Terra, CPT – e do Pe. José Augusto. Estes três movimentos também deram seu apoio e serviram de grande suporte nestas ocupações por meio de arrecadação de alimentos junto às comunidades escolares, bem como na distribuição de cestas básicas.

A participação da igreja católica não se deu somente com a atuação do Frei Angelim, uma vez que o papel do Padre José Augusto, então pároco de Delmiro Gouveia, foi extremamente importante, merecendo destaque nessa questão. Foram várias as contribuições do Padre Jose Augusto junto aos futuros assentados do povoado Peba entre elas destacam-se:

- viabilizou o espaço do salão paroquial para a realização das atividades do MST;
- foi atuante em reuniões e palestras voltadas para esta causa;
- realizou a doação de sementes para o plantio;
- disponibilizou carros-pipas para o abastecimento de água,
- doou equipamentos agrícolas como pá, enxadas, estrovengas, enxadecos, além de máquinas manuais para o plantio de feijão e milho.

Segundo o Sr. E.V.A., Presidente da Associação dos Produtores Rurais do Assentamento Peba, em entrevista no dia 13 de agosto de 2022, das 75 famílias que ocuparam a fazenda Peba, somente 08 ficaram na referida fazenda, 47 foram para a fazenda Lameirão e, o restante, ou seja, 20 famílias foram deslocadas para outros assentamentos no Estado de Alagoas. Hoje somente 03 das famílias assentadas estão na fazenda Peba, 03 herdaram as terras de seus pais que faleceram e não produzem mais, pois foram trabalhar em outros estados como funcionário de empresas ou no plantio de cana de açúcar em Alagoas, e duas famílias abandonaram as terras por falta de recursos próprios, do governo estadual, federal e municipal.

As lutas e a organização continuam neste mesmo ano de 1988 agora com mais intensidade, assim não há somente ocupações de terras, mas cobrança de providências ao governo do Estado para agilizar a desapropriação de terra na fazenda Peba e liberação de cestas básicas e sementes para o plantio. Em abril de 1988 o MST ocupa a Secretaria de Agricultura do Estado sediada em Maceió com o objetivo de pressionar que o governo e o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA - desapropriem a fazenda Peba e Lameirão, e fornecessem sementes para o plantio e cestas básicas para as famílias.

A ocupação da Secretaria de Agricultura do Estado sediada em Maceió durou exatos 22 dias, e teve como base de apoio o sindicato dos trabalhadores rurais do sertão do Estado de Sergipe, Central Única dos Trabalhadores, Sindicatos dos Urbanitários de Maceió, Colônia de Pescadores, grupo de funcionários da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural - EMATER - , partidos políticos como Partido Socialista Brasileiro – PSB –, Partido dos Trabalhadores – PT –, Partido Comunista do Brasil – PC do B (SILVA, 2007).

Com as pressões de todas as organizações acima citadas, inclusive do sindicato dos trabalhadores rurais do Estado de Sergipe, que num gesto de solidariedade e de luta veio dar suporte a ocupação, ou seja, compareceu para contribuir com aqueles que queriam somente um pedaço de terra para plantar e sustentar suas famílias.

Estas não deixaram de sofrer às revezes de todos os lados por parte dos poderes constituídos que relutavam em não concordar com o direito a terra, o que é uma garantia constitucional. No entanto, mesmo diante dos obstáculos, e não foram poucos, as famílias mantiveram uma luta constante sem se intimidar com quaisquer atitudes inescrupulosas que poderiam surgir inesperadamente pelas forças reacionárias, já que de alguma forma, pouco a pouco, forçaram muitas vezes a desapropriação da terra colocando às vistas de todos os interesses do poder baseado na posse da terra sem nenhuma função social – a terra como meio de produção deve servir ao homem, que nela produz para a sua sobrevivência, para a sua afirmação -, do contrário, não há sentido algum a posse de tal riqueza.

Ante os inúmeros desafios que precisavam ser vencidos devido à resistência dos proprietários que de modo violento agiam – por meio de dispositivos legais, como a utilização de advogados pagos para entrarem com pedidos de reintegração de posse, como também pela força, apropriando-se de modos caracterizados pelo medo, o terror psicológico e, sobretudo, a violência física, esta por sua vez, uma constante, que atravessou toda a existência de luta dos trabalhadores sem-terra -, estes, por outro lado, asseguraram suas convicções, não se permitiram se submeter às condições de riscos, foram temerários na possibilidade de atingir os seus objetivos, ainda que lhes custasse à própria vida.

Esse período foi de intensas lutas com perseguições, despejos, ameaças e destruição das casas por parte dos fazendeiros da fazenda Peba e seus pistoleiros armados que provocavam o terror, mas isso não foi suficiente para que as famílias desistissem da luta e deixassem de obter conquistas e vitórias (SILVA, 2007).

O MST tendo o apoio de todos e todas, movimentos sociais, sociedade civil organizada, igrejas, entidades sem fins lucrativos, todos dando o seu apoio ao movimento,

sem críticas ou com críticas construtivas, apoiando suas lutas, farão com que o movimento cresça e se expanda, pois se o mesmo tiver o auxílio da sociedade, sem as discriminações que os meios de comunicação colocam na mídia no nosso dia-a-dia, com uma boa infraestrutura nos assentamentos, assistências técnicas de ponta, e os assentados plantando, com certeza, nossos alimentos sairão a um preço mais acessível e sem agrotóxicos. Será um alimento saudável e sem "venenos".

Segundo nos relatou no dia 10 de setembro de 2022, o assentado e Presidente da Associação dos Produtores Rurais do assentamento Peba dessa comunidade, o senhor E. V. A.: "Os *puliciaus* queimava *as barraca* e *ameaçava* as família com arma de fogo".

Outro relato do professor Oberman Alves Silva, de 22 de agosto de 2022, que fez parte desta ocupação como liderança e como representante do povo na câmara de vereadores do município de Delmiro Gouveia:

> "Com a chegada da polícia militar armada um dos militantes do movimento mandou um recado para o superior dos policias por meio de um menino, antes que o mesmo desse o recado um policial deu um pequeno tapa na sua cabeça e o fez voltar sem ouvir o referido recado".

Faz-se necessário ressaltar que a ocupação existe porque é o último recurso utilizado para que o agricultor ganhe um pedaço de terra para plantar e garantir a sua sobrevivência, mas depois de se apropriar da terra, às vezes vem a desapropriação, com mandados da justiça pela reintegração de posse. No caso do assentamento Peba, segundo relato de participantes, do município de Delmiro Gouveia, o proprietário da referida fazenda, apesar de já ter recebido parte do dinheiro das terras indenizadas, entrou com um processo de desapropriação das terras dos assentados, fato este que fez com que os integrantes do movimento ocupassem a Fazenda Peba em 26 de janeiro de 1987, e apesar de dispor de todas as informações de que as terras já tinham sido parcialmente pagas o poder judiciário autorizou a reintegração de posse para o proprietário, provocando um novo despejo que conduziu os trabalhadores a ocuparem novamente a beira da estrada, morando em suas barracas de lona preta. Infelizmente o poder judiciário ofereceu apoio aos latifundiários, e na maioria das vezes a reintegração de posse das terras é certa, ou seja, o Estado age em nome da classe dominante do campo, preservando o latifúndio.

Com a solidariedade e com o apoio de militantes, do M.S.T., de parlamentares e sindicatos o governo do Estado foi forçado e comprou a fazenda Peba e parte da fazenda

Lameirão, além disso, entregou cestas básicas e sementes para o plantio, essas foram as primeiras conquistas do MST no Estado de Alagoas. O fortalecimento, expansão e consolidação do MST no sertão e em Alagoas deram-se quando o MST nacional enviou o dirigente João Daniel, da região Sul, para ajudar a implantar o MST em Alagoas e Sergipe, com o avanço do movimento outros dirigentes vieram para o estado de Alagoas e outros estados da região Nordeste, dentre os dirigentes destacamos figuras como Zé Rainha, Dilei, Jaime, Fátima Ribeiro, Rubineuza, Diolinda, Ivan, Edgar, Elemar, Zenaide, Lourenço e Dílson. (SILVA, 2007)

Os avanços de ocupações no sertão não obtiveram mais êxitos porque a Comissão Pastoral da Terra, que tinha credibilidade com sindicatos e comunidades só aceitaria outra ocupação quando a anterior fosse totalmente concluída, com essa decisão o MST deslocou-se para o agreste alagoano no final de 1988 e, lá nessa região, foi consolidada a segunda ocupação do movimento em terras alagoanas, que deu-se no dia 20 de janeiro de 1989 na fazenda Lages, município de Taquarana, com 230 famílias.

Antes mesmo de acontecer esta ocupação houve ameaças, torturas e prisões de militantes do movimento, ainda assim a ocupação foi efetuada com êxito. Passados mais quatro meses o movimento resolveu ocupar a fazenda Riacho Seco no município de Delmiro Gouveia, mas houve a reintegração de posse, e a outra parte da fazenda Lameirão, foi negociada no final de 1989, com isso o MST se consolidou como a principal força no campo, capaz de enfrentar os latifundiários e os coronéis do estado de Alagoas com seus jagunços armados, para fortalecer ainda mais o movimento foi criada em março de 1985 uma Secretaria Regional Nordeste em Maceió, com o objetivo de formação dos seus militantes (SILVA, 2007).

Pelo visto, no que diz respeito à decisão da Igreja Católica, de somente consentir novas ocupações é duvidosa, podemos dizer, portanto, que está envolta de desconfiança, haja vista que tentou barrar o movimento argumentando que era preciso que se efetuasse a consolidação das primeiras ocupações, que ainda não estavam concluídos, para que houvesse outras ocupações. Diante de tal atitude da Igreja os trabalhadores rurais resistiram, não aprovando tal maneira de agir. De modo que o esperado aconteceu, o MST decidiu pelo afastamento da CPT, independentes, os trabalhadores rurais sem terra deram início ao processo de ocupações por todo Estado.

Em 1991 acontece no assentamento Lameirão município de Delmiro Gouveia o 1º Encontro Regional do MST, para discutir os rumos dos assentados, em junho deste mesmo

ano acontece à primeira ocupação da prefeitura municipal de Delmiro Gouveia pelos assentados da Fazenda Peba e Lameirão para reivindicar professores, merenda escolar para os alunos, posto de saúde com profissionais adequados, água potável, infraestrutura, entre outras reivindicações feitas pelas famílias (SILVA, 2007).

O povo desde quando o Estado brasileiro foi fundado nunca deliberou em decisões políticas, a não ser como cliente de um sistema paternalista que o colocou numa condição de inferioridade, isso mediante a uma dominação cujo fim último era construir estados de complexos de subalternidade, de um sentimento acolhedor da autoridade e a extrema obediência aos poderosos.

Houve vários regimes políticos no Brasil, hoje temos o presidencialismo, mas todas essas mudanças foram efetuadas pelas famílias poderosas do nosso país e, por isso é lógico que se mantenham no poder até hoje, porquanto são os pais da República e continuam com sua política clientelista. É a República das oligarquias, cuja função para manter-se no poder consistia e permanece consistindo em deixar o povo na pobreza a fim de fazê-lo cliente. De modo que temos famílias há duzentos anos ou mais no poder e um povo inibido pela ideologia da obediência.

No início de 2003 foram feitas várias atividades. A 1ª ação feita ocorreu em fevereiro quando mais de 400 famílias protestaram fechando a rodovia AL 220 entre os municípios de Delmiro Gouveia e Olho d'Água do Casado, reivindicando infraestrutura para os assentamentos já existentes no estado alagoano como energia elétrica, água potável e estradas. O Secretário de Agricultura de Alagoas à época, Reinaldo Falcão, chegou ao local para negociar a desobstrução da estrada com os integrantes do movimento, mas sem nenhuma proposta concreta para solucionar o impasse. Com isso não houve o desbloqueio e nem o secretário teve permissão para passar, alegando posteriormente que tinha ficado refém do movimento. Após mais de 8 horas de bloqueio as negociações avançaram com propostas concretas e um posterior diálogo do Governo do Estado com o Governo Federal para resolver as questões pendentes e a estrada foi liberada (SILVA, 2007).

Reivindicações por parte do movimento existem muitas, pois só com os protestos de fechamento de rodovias, ocupações de prefeituras, de companhias de energia elétrica, companhias de água, entre outros órgãos públicos, as suas reivindicações serão atendidas. Estas pressões por parte do movimento são necessárias, bem como o apoio da sociedade civil organizada, para que os assentados tenham um pouco de dignidade e viva dignamente nos assentamentos, plantando, colhendo e sobrevivendo.

Os trabalhos elevaram o número de famílias acampadas, o M.S.T. em Alagoas passou de 1.758 famílias acampadas para 4.000, tudo isso através de ocupações em vários municípios, inclusive Delmiro Gouveia com ocupação de mais duas fazendas, a Bom Jesus e a fazenda Talhado, hoje conhecido como assentamento Maria Bonita (SILVA, 2007).

Quando um trabalho é dedicado, organizado, planejado é evidente que tem seus frutos e ele se mostra útil no MST em Alagoas. Este é reconhecido por mais famílias de agricultores que se juntaram ao movimento para lutar e ter seu terreno para o plantio.

Em novembro de 2004, como várias reivindicações não foram atendidas e como não houve conquistas concretas para as famílias acampadas, cerca de 2.500 pessoas procedentes de 54 acampamentos ocuparam simultaneamente a sede do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, INCRA, em Maceió e a Subestação da Companhia Hidroelétrica do São Francisco (CHESF) situada na Zona Rural de Delmiro Gouveia, em protesto nacional pela lentidão no processo de desapropriações de terras. O retorno para as áreas ocupadas se deu após a uma reunião tensa com o representante do INCRA em Alagoas e seu diretor executivo no Nordeste Marcos Kowarick, e contou também com a participação da CHESF, na tentativa de resolver o impasse (SILVA, 2007).

Ante a esse impasse, o movimento persiste com seu objetivo – a luta pela terra tem sido uma busca incessante por sobrevivência numa realidade histórica marcada pela concentração dela nas mãos de poucas famílias ou grupos dominantes que se apropriam de tal bem para fins hegemônicos e, na esteira desse controle caracterizado pela imposição das forças e da violência dos grandes proprietários, que a quaisquer custos para se perpetuarem no comando mandam expulsar, matar os que a eles desafiam, se encontra o MST, resistindo por meio das ocupações, dos enfrentamentos levados a cabo, as vias de fato, consumados por verdadeiros massacres no campo com ações de jagunços, pistoleiros a serviço dos senhores donos das terras e de seus interesses, como também com a aprovação do próprio Estado, possuidor da legitimação da violência -, mantendo a perseverança, visando à possibilidade de uma realidade mais justa, igual, os trabalhadores rurais buscam a efetivação de seu direito constitucional, que a terra tenha sua função social, que ela possa estar nas mãos de quem quer produzir, gerando vida, dignidade, pois só assim se começará a construir pouco a pouco uma sociedade mais tranquila, mais igualitária. Mas somente com pressões as reivindicações são atendidas, somente com ocupações de órgãos públicos e chamando a atenção da sociedade para o problema é que alguns avanços podem ser alcançados.

Em 2005, sem avanço na reforma agrária as ocupações e reocupações continuam em seis municípios inclusive em Delmiro Gouveia, nesse ano há uma maior repressão por parte do judiciário e a perda de dois valorosos dirigentes do MST. Em Água Branca quatro coordenadores e um dirigente do movimento são presos por terem reocupado a fazenda Capim, localizada no município de Inhapi. Uma das perdas mais irreparáveis foi do coordenador nacional do movimento, Genivaldo Moura, em um acidente de motocicleta próximo a cidade de Olho D'água Do Casado, fato este que ocorreu no dia 17 de junho de 2005. (SILVA, 2007).

O movimento para não esquecer a memória, as lutas e as conquistas do coordenador, fez uma bela homenagem ao mesmo e colocou o seu nome, Genivaldo Moura, em um assentamento na cidade de Delmiro Gouveia-AL.

> No dia 13 de setembro de 2007, o MST, fecha a principal ligação entre Maceió e Recife, a BR 101, e o trevo de acesso entre as BR 423 e a BR 110 em Delmiro Gouveia, no sertão alagoano, a reivindicação era libertação de Orlando, membro da direção estadual, que teve sua prisão decretada pelo poder judiciário e foi encarcerado por mais de cinco meses no município de Delmiro Gouveia (SILVA, 2007, p.409).

A prisão de Orlando é mais uma demonstração de como o Estado como uma manifestação cultural, daquilo que é fruto do que chamamos de abertura humana, se faz ideológico e opressor. As lutas, consequência das desigualdades sociais com a concentração de terra, são circunstanciadas pelas ações humanas sob circunstâncias que se impõem por meio de inevitáveis choques ideológicos. O Estado como representação dos interesses dos donos do poder, e ao mesmo tempo como acalentador dos que reclamam a ele, se constitui simultaneamente uma força quase insuperável. As prisões por mais arbitrárias, são legitimadas por todos que os compõem.

No mês de março de 2007, foi realizada uma marcha no Alto Sertão no município de Piranhas-AL, a C.H.E.S. F – Companhia Hidroelétrica do São Francisco - em Paulo Afonso-BA, para cobrar agilidade nos assentamentos das famílias acampadas, pois há 4 anos não havia avanços da reforma agrária na região (SILVA, 2007).

Percebemos que para se obter um pedaço de terra para plantar, colher e sobreviver tem que ir para a luta, para o enfrentamento, pois os governantes não querem nem saber de atender as reivindicações dos assentados, há a opressão e vários dirigentes são presos. Com todos estes retrocessos em busca da consolidação da reforma agrária, acontecem a pressões, as

interdições de estradas, prefeituras, secretarias etc... Só assim o Estado sabe que o povo está “acordado” e reivindicando seus direitos.

Segundo o professor da rede municipal de ensino e simpatizante do movimento, Uedson Silva, em entrevista na data de 06 de outubro de 2022, o MST de Delmiro Gouveia, participou de várias lutas, entre elas o mesmo destacou as seguintes:

A ocupação da câmara de vereadores de Delmiro Gouveia-AL, junto com o SINTEAL – Sindicato dos Trabalhadores em Educação de Alagoas – com o M.E.D. – Movimento Estudantil Delmirense - para combater a corrupção, este ato ficou conhecido como M5A, Movimento 5 de Agosto, do Plebiscito popular que teve em torno de mais de 12 mil assinaturas no Estado de Alagoas e no sertão foram aproximadamente 4 mil assinaturas, da 7ª romaria das águas no canal do sertão, da 1ª feira da reforma agrária em Delmiro Gouveia do fechamento da rodovia AL 145 que liga a cidade de Delmiro Gouveia ao povoado Maria Bode em Pariconha, junto com os alunos da UFAL - Campus sertão, para agilizar a conclusão das obras da referida universidade, pois a mesma estava funcionando em uma escola pública estadual, e sem as acomodações necessárias para que houvesse o funcionamento da referida universidade, apoio na greve do Sindicato dos Trabalhadores de Alagoas (SINTEAL) em Delmiro Gouveia fechamento de rodovias em diversas reivindicações como na reforma trabalhista, PEC dos gastos públicos, reforma previdenciária entre outras.

Sempre que se fazem necessários os integrantes do movimento, dirigentes, assentados participam de todas as lutas e estão sempre à disposição desde que a causa seja justa e igualitária e isso com certeza fortalece muito o Movimento. Apesar de perseguições e dos enfrentamentos com o coronelismo, através de jagunços armados e pistoleiros de aluguel, prisões de líderes, torturas e assassinatos, com muita garra o movimento está sendo consolidado no sertão e no Estado. Faltam muitas conquistas a serem garantidas, mas com a força e luta do Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra há possibilidades de avanço.

Existem várias reivindicações feitas pelo M.S.T. ainda para serem atendidas pelos órgãos públicos competentes, tais como energia elétrica, água potável, irrigação, sementes, transportes, escoamento da produção, estradas com condições de uso etc... Apesar de várias conquistas, a bandeira de luta continua erguida e gritando por dias melhores para os integrantes deste movimento.

3 - O ASSENTAMENTO PEBA: 30 ANOS DE HISTÓRIA

A ocupação da Fazenda Peba consistiu em um processo de luta e experiência a partir do conceito de reforma agrária que ocorreu no semiárido Alagoano, região marcada pela presença do Velho Chico, pertencente ao município de Delmiro Gouveia. No final da década de 1980 (1987 – 1989), famílias voltadas para o trabalho rural em busca de uma alternativa viável para a sobrevivência envolveram-se em conflitos com latifundiários e políticos da região.

O início dos trabalhos de ocupação se deu em 1987 quando um grupo em torno de 65 famílias proveniente de várias cidades do entorno iniciaram esse processo de ocupação com o objetivo de, por meio da atividade rural, alcançar meios para a subsistência. O ano de 1989 é um ano de vitória e conquista, por que os trabalhadores rurais envolvidos na ocupação conquistam uma parte do território em disputa.

Passaram-se 30 anos e o Assentamento Peba conta com apenas 03 famílias de um total de 08 famílias inicialmente assentadas e que lideraram toda a luta para que se efetivasse a conquista da terra. Assim, somente estas 03 famílias ainda produzem algum tipo de alimento como feijão, milho, palma forrageira, verdura, entre outros. Parte destes alimentos é para o consumo próprio e outra parte para a comercialização nas feiras da região.

Em conversa com as famílias do assentamento Peba e com o senhor E. V. A., ficou claro que as 75 famílias que participaram da ocupação não foram todas assentadas no território que hoje se chama de povoado Peba, mas pode-se dividir esse total de famílias pelos seguintes assentamentos:

- 08 famílias para o assentamento Peba;
- 47 famílias para o assentamento Lameirão;
- 20 famílias restantes foram divididas em outros assentamentos em Alagoas.

Segundo os dados coletados em entrevista, foi possível entender que das 8 famílias assentadas, apenas 3 famílias estão presentes no assentamento. Segundo informações coletadas em entrevista ao assentado A. M., por meio de visita técnica em 13 de agosto de 2022, as famílias herdeiras das terras de seus parentes estavam, à época, vendendo as terras por meio do modelo de habitação conhecido como loteamento, em alguns lotes já era possível perceber a existência de chácaras para lazer. Vale ressaltar que a presença desse tipo de

atividade se deu em terras que estavam abandonadas pelos herdeiros que já não vivam nelas há bastante tempo, pois buscaram outros meios de sobrevivência. Conforme relatado nas entrevistas supracitadas com duas pessoas, no início as dificuldades foram inúmeras, pois as casas construídas para os assentados pelo governo do Estado de Alagoas eram muito pequenas, entretanto, com muita dificuldade e sacrifício os assentados ampliaram e reformaram as casas, tornando as mesmas um pouco mais confortáveis.

Hoje, o entorno do assentamento está mais povoado, e possui o nome de Povoado Peba. Foram construídas várias casas, bares e mercados. Alguns filhos (as) dos assentados se casaram e decidiram continuar ocupando e morando em torno do assentamento ou nas mesmas casas que seus pais.

Os moradores e produtores rurais do assentamento Peba estão organizados através de filiação à Associação dos Produtores Rurais do Assentamento, hoje presidida pelo Sr. E. V. A. Dessa forma, todas as questões envolvendo a comunidade são discutidas e avaliadas dentro da estrutura de organização cuja tomada de decisões ocorre sempre em assembleia deliberativa de modo que todos podem participar de forma democrática conforme reza seu estatuto, estas reuniões acontecem sempre no 1º domingo de cada mês.

Segundo o Sr. E. V. A., Presidente da Associação dos Produtores Rurais do Assentamento Peba – por meio de relato em 13 de agosto de 2022 – a comunidade não tem uma maior produção por falta de políticas públicas de apoio ao camponês dentre outras coisas conforme segue seu relato: “existe assistência por parte do Limeira (técnico agrícola), mas, não existe nenhum projeto pela EMATER”.

Ainda segundo Sr. E. V. A., o governo do estado, com a finalidade de incentivar a agricultura, liberou em 2016 apenas 1,5kg de sementes de feijão para cada família, e em 2017 liberou 6 kg do mesmo alimento sem disponibilizar assistência técnica, nem mesmo máquinas que auxiliem os trabalhadores no processo de plantio.

No assentamento nunca houve nenhum tipo de irrigação, embora o mesmo esteja situado a poucos quilômetros das margens do rio São Francisco. Todo o processo de abastecimento de água é feito pela Companhia de Abastecimento e Saneamento de Alagoas – CASAL – Companhia de Saneamento de Alagoas –, o que inviabiliza economicamente, por parte dos assentados, qualquer iniciativa de produzir à base de territórios irrigados, pois ao irrigar com a água tarifada pela CASAL, os custos da produção inviabilizam a produção rural, pois esta água tem a finalidade de atender ao consumo humano. Conforme nos relata o assentado Sr. S. A.S., em 13 de agosto de 2022:

> “Toda as família do assentamento Peba já era família de agricultor antes mesmo de ir para o movimento, temos muita dificuldade para ficarmos no campo, por falta de condição, de enfrentar a seca e sem incentivo para plantar ai faz com que os filho dos assentado procurem outra forma de sobreviver fora do assentamento, uns faz “bicos” na “rua” (cidade de Delmiro Gouveia) trabaiando de servente de pedreiro, quando não achamos estes “bicos”, nós trabalha por seis mês na usinas de açúcar de Alagoas, ou vamo trabalhar nas barragens. As renda de nossa família assentada vem da venda dos alimentos que plantamo e vendemo em Delmiro, do povo que é aposentado do INSS, do Bolsa Família do Governo”.

Em relação às terras para o plantio Sr. E. V. A., em 13 de agosto de 2022, diz que:

> “Cada família assentada tem um lote de 55 hectar de terra, 40 são pra planta, cada um faz seu plantio, o resto é para a construção de casa, silo, curral, temos nossa terra, mas não vem ninguém nos ajudar com assistência o pessoal da EMATER não ajuda em nada, o sindicato não vem nos visita para saber como estamo, o INCRA só aparece de 10 em 10 ano e somente os companheiro do movimento (M.S.T.) aparece aqui”.

Nas quatro visitas ao assentamento Peba, e em conversas com os assentados foi observado que o mesmo conta com um prédio onde funcionava uma escola de ensino fundamental menor para atender as crianças das famílias assentadas. Apesar de existirem assentados com formação em magistério os mesmos não exercem a profissão no próprio assentamento, sendo assim, os professores que lecionavam no assentamento não eram da comunidade, eram professores vindos da zona urbana, infelizmente nos dias atuais a escola encontra-se abandonada.

Figura 1 - Escola Municipal de Ensino Fundamental Menor do Assentamento Peba.

Fonte: Acervo do autor, 2021.

Dentre as principais vulnerabilidades da população assentada podemos elencar a saúde, a segurança, o transporte, o lazer. Falta-lhe assistência médica e odontológica, espaços de lazer, esporte e cultura, além de ronda policial. As rendas das famílias assentadas provem da comercialização de parte dos alimentos que produzem, de benefícios do INSS, do Programa Bolsa Família do Governo Federal. Além disso, muitos moradores são forçados pelas circunstâncias a viajarem para zona urbana e até mesmo para outras cidades ou regiões para trabalharem nos mais diversos afazeres, sendo que muitos deles exercem atividades laborais precárias, mais conhecidas como “bicos”.

Para que tenhamos uma ideia do total descaso por parte do poder público nas três esferas, Federal, Estadual e Municipal o senhor E.V.A., em 10 de setembro de 2022, nos conta que: “o último dinheiro que veio pra nóis foi do crédito fundiário no ano de 94 e nóis usou pra compra boi, vaca de leite, bode, cabra, carneiro e porco”.

Os assentados são largados a própria sorte sem ter quem possa dar uma assistência técnica para os mesmos produzirem e assim, sem um futuro promissor eles vendem ou abandonam a terra e voltam a vida urbana.

Figura 2 - Assentados do Peba na da 1ª feira da reforma agrária em Delmiro Gouveia/AL

Fonte: Acervo do autor, 2021.

Figura 3 – Alimentos produzidos pelos assentados em banca da feira à venda na 1ª feira da reforma agrária em Delmiro Gouveia/AL

Fonte: Acervo do autor, 2021.

4 - PRINCIPAIS MOTIVOS DO ABANDONO DAS TERRAS PELOS AGRICULTORES ASSENTADOS

> "Quando ocupamos aquela terra, paramos de morrer..."
> (Domício, Sem Terra do Assentamento Ireno Alves,
> MST, antiga Fazenda Giacometti, Paraná, Brasil).

O principal objetivo do assentado é produzir alimentos saudáveis com condições suficientes para a manutenção de suas necessidades básicas, entretanto com o avanço do agronegócio, tem-se tornado cada vez mais difícil de alcançar este objetivo, como será explicado mais adiante. Esta competitividade presente entre o agronegócio e o pequeno produtor trouxe diversas consequências para o homem do campo, sendo este a principal questão envolvida quando se trata de assentados que abandonam suas terras, um bem valioso em busca de outras fontes de renda.

São muitas as dificuldades presentes que impedem a fixação e o sucesso desejado inicialmente pelos sujeitos envolvidos nesse processo. Dentre elas, dificuldades econômicas e falta de políticas públicas, que incentivem e assegurem a permanência no campo, como educação e saúde, princípios básicos para uma vida digna.

Segundo a professora da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRJ), Leonilde Medeiros, o campesinato brasileiro é migrante. Diferentemente dos camponeses europeus, mais enraizados, no Brasil, o camponês, precisa esforçar-se para permanecer na terra:

> "O [camponês] brasileiro é muito migrante, é constantemente expulso. Aconteceu com posseiros, pequenos proprietários e setores que estão lutando para permanecer em suas terras tradicionais, como índios e quilombolas. [Esses grupos] estão sempre em uma relação muito precária com a terra. [É assim] desde o princípio da colonização. A história do Brasil é uma história de conflito agrário", destaca Leonilde. (M.S.T.. 2014).

Segundo ela, o avanço do agronegócio criou ainda mais tensões para os pequenos agricultores:

> "Hoje, no Brasil e na África, a terra é a grande frente do agronegócio. O Brasil é um dos poucos países do mundo que ainda tem algumas terras disponíveis. O perfil na América do Norte e Europa é mais estabilizado", explica a pesquisadora Leonilde Medeiros. (M.S.T. 20.02.2014).

Nota-se nas palavras da professora que o agronegócio, por ser "poderoso" busca se territorializar comprando terras férteis e oferecendo preços exorbitantes para a aquisição das terras, um assédio sem precedentes. O preço das terras é posto ao proprietário com preços elevadíssimos, se for levado em conta às dificuldades que o trabalhador rural enfrenta na sua vida diária. Deste modo, sem assistências técnicas e maquinas é claro que ao ser oferecido muito dinheiro pelas suas terras com certeza o mesmo venderá para o agronegócio.

O camponês não tem que competir com o agronegócio, pois são modelos antagônicos, nem tem o mínimo possível de uma política de saúde, educação, investimentos e assistência técnica, pois muitos são agricultores, mas não dispõe de conhecimento para o tratamento adequado do solo tem muita noção de como tratar a terra, de como fazer o plantio, as épocas do plantio etc. Os camponeses não carecem somente de assistências técnicas, carecem também de água, esgotamento sanitário, bancos comunitários para a salvaguarda das suas sementes.

> O índice de desistência de 22% apresentado pelo relatório FAO (1992) é um índice baixo se levarmos em conta as dificuldades presentes nos assentamentos, tais como: terra ruim para a lavoura; diferenças acentuadas com relação à região de origem dos beneficiados, o que os obriga a adaptações que implicam em aprendizagens (cultivar novos produtos, utilizar técnicas antes desconhecidas [...]; falta de estradas; comercialização difícil e outros) (PAULILO, 1994, p. 194).

Segundo a autora, que foi uma das primeiras a trazer este tema para o debate, percebe-se que no relatório da FAO (Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a

Agricultura) de 1992 os assentamentos do Brasil havia um índice de 22% de desistências, a mesma considera este índice baixo, haja vista que não existe muitas coisas para serem ofertadas aos assentados, as vezes eles são agraciados com terras improdutivas e péssimas para o plantio, agricultores que cultivam um certo tipo de produtos na sua região são deslocados para outras regiões e tem que se adaptar a outro tipo de plantio, falta de renda para manter a família, falta de irrigação, falta de credito para investir, e as mesmas dificuldades de sempre, estradas péssimas para o escoamento dos produtos, comercialização, entre outros.

> Metade dos assentados já vendeu os lotes" diz o geógrafo da Universidade Estadual Paulista (Unesp) e estudioso da questão agrária, Eduardo Girardi e conclui: Se o quadro continuar como está, sem políticas de incentivo, será difícil segurar as famílias. (ÚLTIMO SEGUNDO. 10.02.2014).

O resultado pode ser uma paulatina volta do êxodo rural, que elevou para mais de 85% a população urbana do País. Estima-se que atualmente apenas 10% de quem vive da agricultura permaneça no meio rural. É a constatação de que, ao contrário de fixar o homem no campo, a falta de infraestrutura e de serviços, provocou intensa migração para os centros urbanos. (ÚLTIMO SEGUNDO, 10.02.2014)

Percebe-se que outra questão para que o agricultor abandone o campo é a política de incentivos, sem a mesma não teremos mais assentamentos o agronegócio tomara conta de tudo, e com certeza teremos a volta do êxodo rural, o "enchimento" da zona urbana, com os habitantes da zona rural, fato este que haverá de provocar várias negatividades como:

- criação de mais favelas;
- crescimento da fome;
- mais moradores de ruas sem perspectiva de vida;
- desempregos, entre outros.

A falta de assistência técnica, água potável, energia elétrica, irrigação, são fatores que faz com que o camponês abandone suas terras. Marcelo Durão membro do diretório

nacional do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra afirmou que os assentados estão passando pelo pior período para a reforma agrária no país.

A contrarreforma agraria também é um ponto fundamental para que haja o abandono da terra. Mas o que vem a ser a contrarreforma agrária? A contrarreforma agrária como o próprio nome já diz é contra, contra qualquer tipo de avanço no campo, é um retrocesso que só quem tem perdas é o camponês e ganhos para o agronegócio, pois os governos não avançam no processo de distribuição de terras, muito menos no que tange aos investimentos em infraestrutura e assistências técnicas para o pequeno produtor assentado, cedendo espaço para quem tem o capital disponível que são as grandes indústrias que investem pesado no setor. Martine Dirven (2011), indaga e responde sobre o tema em suas conclusões à página 30 de seu texto:

> "(...) Há concentração e estrangeirização das terras agrícolas no Cone Sul do continente"? Sem duvida alguma! Quais são as razões? As razões aduzidas pela sua exaustiva pesquisa são:
> a) no âmbito econômico: menor regulação e forças favoráveis para a concentração tanto nas cadeias de valor agro alimentares como do modelo neoliberal em geral;
> b) no legal: liberalização dos mercados de terras sem diferenciação entre nacionais e estrangeiros;
> c) no organizativo: forte aumento do peso e da concentração de núcleos de poder nos extremos (insumos e maquinaria, exportação e venda no varejo) das cadeias de valor nacionais e, sobretudo, globalizadas;
> d) no organizativo no nível do estabelecimento rural: entrada de grandes consórcios que administram e prestam serviços a vários estabelecimentos, especialmente relacionados com o cultivo da soja na Argentina e Brasil, ainda que seja um modelo que parece estar se estendendo a outros países e outros cultivos;
> e) no financeiro: pela sua qualidade de bem finito, a terra é uma boa aposta em tempos financeiros turbulentos e muito melhor em tempos de tendências à alta dos preços das commodities agrícolas;
> f) no geral: a capacidade de gerenciamento de um bom gerente excede as necessidades de um estabelecimento rural de pequenas dimensões, daí que para otimizar o uso dos recursos humanos é necessário aumentar o tamanho da exploração, como os 'pools' na Argentina, os consórcios chilenos e as operações de várias empresas globalizadas demonstram que nos tempos atuais e com as tecnologias disponíveis, estas podem englobar dimensões insuspeitáveis em poucos anos, tanto em matéria de superfície administrada como de atividades conexas ou não."

Nas palavras de Martine Dirven nota-se claramente o peso do agronegócio, tanto com o investimento em dinheiro, liberação de terras, sementes, máquinas, exportações, ótima administração e gerenciamento, competir com todas estas qualidades do agronegócio é totalmente impossível. "Já podemos falar de uma contra reforma agrária. Não conseguimos mais conquistar territórios, e estamos perdendo os que tínhamos, especialmente com os indígenas e os quilombolas" (CANALIBASE, 10.12.2013).

Voltando para o nosso objeto de estudos que é o assentamento Peba, onde do total de oito famílias, duas abandonaram as terras, não foi possível fazer um levantamento do porque elas se evadiram do local, pois os assentados que vivem no assentamento, especialmente o senhor E. V. A., em 10 de setembro de 2022, que está nas suas terras há mais de 30 anos, não sabe o paradeiro dos mesmos, mas segundo suas palavras: "*foi mais por falta de dinheiro que ele foram embora, ninguém dava semente nem vinha ninguém (DA EMATER) nos ajuda, ficou ruim de eles ficarem aqui, mas nois ficamos*".

O mesmo diz que muitas coisas deixam os assentados sem uma perspectiva de plantio e de vida, pois falta o básico para produzir e viver dignamente como: irrigação, água potável, saúde, educação de qualidade, assistência técnicas, créditos, estrada para o escoamento da pequena produção e o mais importante que é o respeito com a vida humana.

> É possível afirmar que, após a luta por conquistar a terra, outros desafios surgem para essas famílias, que são a luta para permanecer na terra, encarar os desafios da falta de infraestrutura, falta de recursos, convivência com pessoas de origem diferentes e os problemas relativos à adaptação num outro espaço. Por causa desses elementos, muitos desistem, vendem e partem para outro espaço (OLIVEIRA, 2007, p. 166).

Oliveira resume em poucas palavras o sofrimento de quem ganhou um pedaço de terra para o plantio, mas depois veio à desolação com o descaso do Estado com a causa do movimento e o total abandono das famílias.

> Na região, após meses e anos debaixo da lona, algumas famílias que conseguiram as chácaras, venderam e muitas voltaram para Brasília. Segundo narrativas dos entrevistados, a venda e o abandono dessas chácaras

> ocorreram principalmente nos três primeiros anos de formação dos assentamentos, sobretudo, logo após a saída dos créditos (habitação e PRONAF A e PRONAF A/C). No entanto, a falta de infraestrutura (água, energia elétrica, estradas etc.) é apontada como um dos principais motivos para as vendas das parcelas. (OLIVEIRA, 2007, p. 167).

Mais uma vez Oliveira em seu trabalho: "Retratos de assentamentos**:** um estudo de caso em assentamentos rurais formados por migrantes na região do entorno do Distrito Federal" mostra, como no caso do assentamento Peba, os principais motivos do abandono da terra pelos assentados: água potável, energia elétrica, estradas para escoamento da produção etc. em todos os trabalhos sobre assentamentos os motivos para o abandono das terras são sempre os mesmos:

> "Assim, essa reflexão do ponto final relativo me conduz a questionar também a ideia de fixação ou de "plantar" as pessoas no assentamento, que os gestores de políticas públicas constroem sobre os assentamentos rurais. Pois, acredito que para garantir a permanência das pessoas no assentamento é necessário que se criem uma série de condições (infraestruturas, créditos, assistência técnica de qualidade, dentre outras) que permitam que as pessoas de fato possam escolher ficar na terra, além de se considerar as particularidades de cada assentamento" (OLIVEIRA, 2007 p. 186).

Não é só "plantar" o camponês, como diz Oliveira é preciso respeitar e dar todas as condições necessárias para se viver no assentamento:

> [...] a ação dos agentes do Estado, como o INCRA e a prefeitura, tende a ser lenta e burocrática. O INCRA, por falta de pessoal e até mesmo de infraestrutura, alega não ter condições de acompanhar mais de perto a situação dos assentamentos da região. Isso tem provocado certo abandono, o que tem facilitado, por exemplo, o comércio de terras na região. No caso da

> prefeitura, a relação que vem sendo construída é de um clientelismo, do *vota aqui - que eu faço aí*, ou seja, a prefeitura só reconheceria os assentados a partir do momento que esses votassem no município, ou caso contrário, como diz um membro da prefeitura, eles não teriam direitos de reivindicar nada, pois não seriam eleitores do município e, portanto, não existiriam legalmente (OLIVEIRA, 2007, p. 189).

Oliveira aborda a ausência do INCRA nos assentamentos e o clientelismo dos governos municipais, que só libera créditos e as assistências necessárias se os mesmos forem eleitor do município, o que abre precedente para possível compra de voto. O camponês para ser independente no sentido de se dedicar à sua própria vida, à vida da sua família e comunidade, com justiça e dignidade precisa ter posse da terra e das maquinarias e ferramentas para a efetivação do seu trabalho, com vista ao êxito.

Das 8 famílias que foram assentadas há cerca de 30 anos atrás, somente 3 famílias continuam residindo no referido assentamento. Das outras 5 famílias, nenhum assentado se encontra vivo, tendo estas terras assentadas passadas para os seus herdeiros. Desses herdeiros, nenhum encontram-se no referido assentamento, uma vez que em busca de melhores condições de trabalho e consequentemente em busca de melhorias para suas vidas, deslocaram-se para outras regiões, nas quais prestam serviços para empresas privadas.

A seguir, serão descritas algumas questões relatadas pelos 3 últimos assentados do Assentamento Peba. O principal motivo tem sido a falta de apoio de políticas públicas para a fixação dos assentados em suas terras ocupadas inviabilizam não só a permanência, mas também o propósito desses assentados. Políticas como a doação de sementes por parte de órgãos do governo foram um dos grandes motivadores do sucesso desse trabalho, que, no entanto, lamentavelmente, não existe mais.

Outro motivo relevante apontado pelos assentados remanescentes do Assentamento Peba tem sido a constante falta de previsibilidade quanto às chuvas na região em questão. Como se sabe, o semiárido nordestino possui condições climáticas que são constantes obstáculos para o sucesso no plantio de diversas culturas. Sendo assim, é imprescindível o apoio de políticas do governo que disponibilizem técnicos especialistas e investimentos para a solução desses tipos de problemas.

Sabe-se que as ferramentas de trabalho são necessárias para a execução de serviços e com isso existem as consequências: da constante busca pela aposentadoria que oferece boas expectativas de vida. Quando aposentados, não conseguem mais ultrapassar essa renda, tornando o plantio somente para complementar as necessidades básicas, mas nunca se tornando uma atividade promissora.

Por ser o primeiro assentamento ocupado de Alagoas, é interessante notar que não foram implantados alguns serviços básicos que assistem a execução de direitos sociais garantidos pela Carta Magna de 1988, como por exemplo, inexiste nesse assentamento uma unidade sequer de escola, posto de saúde, guarda municipal/unidade de segurança, posto de assistência social, creche, equipamentos de utilidade pública como praças, bibliotecas, quadras poliesportivas e campo de futebol. Ressalte-se que o crescimento populacional/habitacional deste local, por conta do assentamento tem sido constante. E, assim hoje tem água encanada, e iluminação pública.

5 – CONSIDERAÇÕES FINAIS

Além da falta de assistência por parte dos governantes, outro problema é a morosidade nos processos de assentamentos, concentração fundiária, violências, ameaças, intimidações, criminalização do movimento, descaso com a causa, incertezas do futuro, faz com que existam as ocupações, que é o meio mais rápido e eficaz de fazer com que o governo atenda as reivindicações do movimento.

Quanto mais pessoas, mais lutas em prol de uma sociedade mais justa e igualitária, mais conquistas, mais agricultores podem integrar o movimento e lutar por um país mais digno de se viver e diminuir a desigualdade entre os ricos e pobres. Ainda que a luta tenha durado todos esses anos e poucos são os avanços ainda assim nos parece o único meio de tocar a opinião pública e trazer a atenção dos gestores.

REFERENCIAS

ARAÚJO, Expedito Viana de, Presidente da Associação dos Produtores Rurais do Assentamento Peba.

BRASIL. Ministério da Agricultura e Pecuária. Revista Último Segundo. 2014.

CONAB - COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO. Acompanhamento da safra brasileira de grãos 2021/2022. 6º.

COSME, Claudemir Martins, EXPULSÃO DE CAMPONESES ASSENTADOS COMO UMA DAS FACES DA CONTRARREFORMA AGRÁRIA NO BRASIL: UM ESTUDO DA EVASÃO NOS ASSENTAMENTOS RURAIS DO CEARÁ. Dissertação apresentada ao Corpo Docente do Programa de Pós-Graduação em Geografia do CCEN-UFPB, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Geografia. João Pessoa-PB. 2015.

CPT. Comissão Pastoral da Terra. Romarias da Terra e Água. Artigo. 2022.

DIRVEN, Martine. Dinámicas del mercado de tierras en los países del Mercosur y Chile: una mirada analítica-crítica. FAO, noviembre 2011.
dos assentamentos. In: MEDEIROS. L. S. et al. *Assentamentos rurais – uma*

EMBRAPA. Sojas em números/safras (2022/2023). Artigo. 2023.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **A formação do MST no Brasil**. Editora Vozes, 2000.

FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION. «Dados de alimentação e agricultura». *FAOSTAT*. Artigo. 2021.

IBASE. Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas. 2023.
Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. 2022.

MARTINS, J.S. *Os Camponeses e a política no Brasil*. 4 ed., Petrópolis, Vozes. 1990.

MENDES, K. D. S.; SILVEIRA, R. C. C. P.; GALVÃO, C. M. **Revisão integrativa: método de pesquisa para a incorporação de evidências na saúde e na enfermagem.** Texto & contexto-enfermagem, v. 17, p. 758-764, 2008.

MORAES, D. M. **Tipos de revisão de literatura.** Universidade de São Paulo–Botucatu, 2015.

MST. Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. 2022.

OGLOBO. Valor econômico. Artigo.

OLIVEIRA, A, U. Geografia e Território: Desenvolvimento e Contradições na Agricultura. In: XII ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA. Águas de São Pedro. n. 12, IGCE, 1994. p. 24-51.

OLIVEIRA, Marcelo Leles Romarco. **Retratos de assentamentos:** um estudo de caso em assentamentos rurais formados por migrantes na região do entorno do Distrito Federal. 201f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Agricultura e Sociedade). Instituto de Ciências Humanas Sociais, Departamento de Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, UFRRJ, Seropédica, RJ, 2007.

PAULILO, 1994, p. 194.

PÉRICLES, Cícero. **Economia popular: uma via de modernização para Alagoas**: RAFFESTIN, Claude. Por uma geografia do poder. São Paulo: Ática, 1993.

SILVA, José Roberto. Um pouco da história do MST em Alagoas: dos começos até 2007.

SILVA, Oberman Alves, ex-vereador de Delmiro Gouveia-AL.

SILVA, Sebastião Araújo da, assentado do Peba. *visão multidisciplinar.* São Paulo: Unesp, 1994. 249-258.

Wikipédia. Arapiraca. Município Brasileiro do estado de Alagoas. 2022.